

Transformações na mobilização da violência na América do Sul: comparação de conjuturas críticas para o estudo de caso da crise na Venezuela

Marília Closs (1)

¹ Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora pelo Núcleo de Estudos em Teoria Social e América Latina (NETSAL) e pelo Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

A crise na Venezuela é, certamente, uma das principais agendas das Relações Internacionais (RI) contemporaneamente, seja nos estudos sobre a América do Sul ou em nível global. Uma instabilidade com essa dimensão, que chegou a graus elevados de militarização a nível doméstico, regional e continental, é fenômeno que reorganizou de forma considerável os cenários regionais de segurança e defesa. Afinal, ainda que se leve em conta eventos ligados às ditaduras militares e a disputas territoriais, por exemplo, o subcontinente foi marcado por alguma estabilidade entre os Estados, já que é uma das regiões que menos passou por conflitos tradicionais interestatais e de larga escala no último século. Frente a este cenário, este trabalho tem como objetivo analisar o padrão de mobilização da força e da violência na América do Sul, buscando entender suas transformações no cenário contemporâneo.

Para isso, serão realizados três estudos de caso de três momentos diferentes, das duas últimas décadas, em que houve instabilidades que

chegaram ou poderiam ter chegado à mobilização da força: a crise nos Andes (2008), a crise na Bolívia (2006-2009) e a crise na Venezuela (2014-). Neste trabalho, é reivindicado o conceito de conjuturas críticas para análise deste fenômeno em função da compreensão de que é um conceito que dá mais mobilidade e espaço para o estudo. Parte-se de um breve debate conceitual, com o objetivo de dar aporte à pesquisa; depois, é feita discussão sobre violência e segurança na América do Sul. Após os três estudos de caso e uma análise comparativa entre eles, são apresentadas as considerações finais.

2. Aporte contextual

Breve debate conceitual

Na área das Relações Internacionais, não são insuficientes as discussões profundas sobre a mudança. Os campos mais tradicionais de teoria são voltados a conceitos como capacidades, competição e guerra, no caso do Realismo, e cooperação ou

conflito, no caso do Liberal-Institucionalismo. Contudo, geralmente se tratam de análises com objetos mais estáticos - ou seja, os principais objetos de pesquisa das RI não são processos, mas elementos destes. Por exemplo, as relações entre dois Estados, a forma de cooperação entre dois países, o papel de determinadas agências para a formulação da política externa ou os atores e agentes envolvidos na implementação desta. Há, claro, algumas exceções. O trabalho de Robert Gilpin (1981) é exemplo, além de obras que debatem sobre ciclos de hegemonia e transição de poder, sobretudo a partir de conceitos como sistema-mundo. No entanto, se tratam, no geral, de discussões com perspectivas mais macro, menos focadas nos atores menores envolvidos nos seguimentos. As transformações e processos raramente vão ser objeto de estudo - e isto se dá, principalmente, porque o embasamento teórico do campo não dá suporte. Isto é especialmente relevante para objetos de estudo como o objeto deste trabalho. Já que se busca entender justamente as transformações do padrão de uso da violência na América do Sul, algumas precisões conceituais são relevantes para que se possa compreender quais são os momentos de gatilho – ou *disruptivos* – que fazem com que uma instabilidade passe a ser militarizada. De saída, é necessário que se olhe com atenção aos conceitos de crise e de conjuntura crítica (CC).

O conceito de crise já está presente na agenda de nas Relações

Internacionais; no entanto, acaba ficando mais limitado à área de Análise de Política Externa (APE). Gustavsson (1999), por exemplo, coloca crise como variável para análise de política externa; Hermann (1990) também está entre os autores mais citados no campo quando se trata de análise de crises e mudança na PEX. Frente a isto, para uma análise mais detida do objeto deste trabalho, parece necessário que se tragam algumas abordagens de outras áreas das Ciências Sociais para construir um quadro teórico adequado. O próprio conceito de crise, dentro do leque de multiplicidade interpretativa e polissemias a que a palavra remete, pode ser interessante. De uma forma geral,

Os usos corriqueiros do termo remetem, geralmente, a algum(uns) destes aspectos: um momento decisivo em que se deve optar por alternativas com implicações graves; o desequilíbrio de alguma regularidade normativamente definida; a ineficiência de um grupo e/ou instituição em cumprir e manter suas funções e obrigações em relação a outros grupos, instituições ou indivíduos; uma situação grave ou difícil que, no geral, demanda uma solução (MACEDO et al, 2017, p.55).

Além disso, no geral a compreensão da crise passa por 4 pontos:

a tipificação do objeto da crise (o que está em crise); (2) a escala sociomaterial da crise (amplitude de seus efeitos e abrangência de indivíduos, grupos e

sistemas sociais); (3) o entendimento quanto à emergência histórica da crise (como se desenrola a crise no tempo-espaço); e (4) o engajamento histórico dos críticos nas conjuturas específicas analisadas (contextualização). (MACEDO et al, 2017, p. 56).

A noção de crise, no entanto, irá variar conforme a abordagem teórica que a analisa. Abordagens marxianas irão entender as crises a partir das relações de classe – seja pela via do esgotamento de alianças, seja pela via da subversão ou da emancipação; autores marxianos como Gramsci (2002), Fals Borda (1970) ou Zavaleta (2009) produziram textos que avaliam diferentes crises a partir da relação entre as classes.

Dentro desse grupo, as interpretações podem assumir um caráter mais ou menos determinista em relação à economia, podendo a crise política ser entendida como mero reflexo de contradições estruturais conjunturalmente organizadas ou como parte relevante na própria (re)definição das condições materiais de existência. Para entender a crise, outros autores terão abordagens mais institucional. (MACEDO et al, 2017, p.71).

Ainda que de profunda importância, este tipo de perspectiva da crise às vezes acaba por cair em determinismos – sejam econômicos ou sociais -, já que privilegiam análises estruturais. Outros autores olham para a crise a partir de abordagens mais sistêmicas, como Wallerstein (2004) ou

Arrighi (1994); esta abordagem permite que elementos, sobretudo geopolíticos, sejam incorporados nos estudos. Por fim, Michel Dobry (2014) também desenvolve perspectiva que contribui ao debate ao entender que, em momentos de crises, as fronteiras entre os setores sociais se dissolvem, o que muda as mobilizações e os cálculos setoriais.

O conceito de conjuntura crítica, por sua vez, pode trazer mais elementos à análise. Múltiplos são, também, os conceitos de conjuntura crítica na literatura. Collier e Collier (1991), por exemplo, desenvolvem trabalho para a compreensão de como foi o processo de incorporação dos direitos trabalhistas na América Latina e, para isso, se valem do conceito de conjuntura crítica. Para os autores, são momentos de mudanças, transições e de decisões cruciais que têm legados históricos. Collier e Collier combinam o conceito de conjuntura crítica em sua análise com debate sobre a relação entre fatores sócio-econômicos e mudança política para concluírem pela existência da autonomia do político. Não se trata, afirmam, de desconsiderar fatores sociais e econômicos para transformações, mas de focar nas dinâmicas ontologicamente políticas na análise para entender as mudanças nos e/ou dos regimes. De forma relativamente similar, para Acemoglu e Robinson (2012), conjuturas críticas são momentos disruptivos, ou seja, que rompem constâncias e trajetórias. Gourevich (1986) entende que momentos de prosperidade antecedem as CC; é durante estas que as coalizões

construídas na prosperidade vão ser colocadas em cheque, abrindo o sistema para novas alternativas. Para ele, a instabilidade abre novas situações potenciais até que se chegue a um novo acordo de status quo.

Já Capoccia e Keleman (2007) entendem que conjunturas críticas são momentos nos quais os agentes de diferentes grupos sociais podem agir mais livremente e é quando a probabilidade de a decisão destes agentes afetar os resultados aumenta substancialmente. Os autores partem da ideia de que o institucionalismo histórico se vale de um modelo duplo para suas análises: os períodos se dividem em dependência da trajetória - período longo no qual há a reprodução dos mesmos padrões - e em conjunturas críticas, períodos relativamente curtos quando as mudanças dramáticas são *possíveis*. A maior contribuição dos autores está, justamente, em dar mais centralidade aos agentes e as suas ações na análise: mais do que consequências, configura ser uma conjuntura crítica o fato de os atores políticos terem mais possibilidade e espaço para suas ações terem resultados. As conjunturas críticas podem ou não ocasionar em mudanças; elas podem, também, ser processo de incrementação. Os autores debatem alguns elementos que consideram importantes para a análise de conjunturas críticas, como a importância de se fazer análises contra-factuais com o objetivo não de “olhar para trás”, mas sim de entender quais decisões foram as definidoras e se havia ou não alternativas ao caminho que fora

tomado. Mais que isto: a contingência; a indeterminação é elemento-chave para Capoccia e Keleman.

Em síntese, a diferença entre crise e conjuntura crítica não é clara. Pode-se inferir que, no geral, a conjuntura crítica é o momento que precede (ou pode preceder) uma crise. O mais relevante, no entanto, parece ser a noção, construída por Capoccia e Keleman, de que, em situações críticas, os agentes têm mais poder decisório e mais espaço de ação. Frente a isto, reivindica-se neste trabalho a utilização deste conceito, pois entende-se que, para análise de conjunturas específicas, conceitos menos amplos e menos estruturais / deterministas são mais funcionais. Supõe-se, sobretudo, que tem papel fundamental a agência dos atores – ou seja, um padrão de análise política que leva em conta o conflito e a contingência em detrimento de elementos mais estruturantes. De forma alguma se acredita, neste texto, que variáveis estruturantes ou que elementos geopolíticos sejam irrelevantes – pelo contrário. No entanto, para esse estudo buscou-se análise mais detida na ação. Traçada breve discussão conceitual, cabe agora se deter com mais atenção ao cenário sul-americano.

Aporte conceitual: violência e uso da força na América do Sul e cenários de segurança e defesa

Desde o final da década de 1970, a América do Sul figura como uma das mais violentas do globo em dados de

segurança pública. Em 2018, 37% dos homicídios globais foram contabilizados na América Latina, onde estão somente 8% da população mundial, duas cidades sul-americanas estão entre as mais violentas do globo e, desde 2000, mais de 2,5 milhões de latino-americanos foram assassinados – 66% dos quais com a utilização de armas de fogo (IGARAPÉ, 2019). O número de homicídios, latrocínios, roubos, assaltos e sequestros são resultado de diversos processos sociais materializados na ascensão de diversos fenômenos de criminalidade. Ao longo dos anos, observa-se que o cenário se complexifica com o aparecimento do crime organizado, sobretudo ligado ao narcotráfico, com o crescimento de carteis e facções, principalmente em países como Brasil, Colômbia e Peru.

Em nível regional e internacional, no entanto, a América do Sul é considerada um subcontinente relativamente pacífico nas relações inter-estatais. Durante o século XX, a região foi uma das que menos experimentou ocorrências de conflitos interestatais tradicionais; no século passado, o último conflito interestatal com dimensões mais significativas foi a Guerra do Chaco (1932 – 1935) entre Bolívia e Peru. Comparativamente ao resto do globo, até poucas décadas América do Sul foi palco de um número muito reduzido de conflitos tradicionais. De acordo com Kacowicz (1998), este fenômeno tem explicações realistas e geopolíticas, ligadas ao papel dos Estados Unidos enquanto superpotência e do Brasil enquanto potência regional,

e liberais, que dão ênfase aos efeitos da democratização e da prosperidade econômica; ou que colocam a satisfação dos Estados sul-americanos com relação às fronteiras estabelecidas no século XIX como ponto fundamental.

Muito além disso, no entanto, a relativa estabilidade em termos de segurança interestatal sul-americana está diretamente relacionada à construção efetiva de soluções diplomáticas para os conflitos. Entre as décadas de 1980 e 1990, com a aproximação entre Brasil, Argentina e Chile, diminuiu o clima de tensão e competição entre os Estados. Houve também a construção de mecanismos bilaterais e multilaterais no subcontinente, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o Mercosul.

No início do século XXI, as condições de segurança na América do Sul passaram a ser mais visíveis em um cenário de grandes transformações. Fica claro, em primeiro lugar, que há a construção relativamente bem-sucedida de uma arquitetura institucional para a promoção da paz, materializada sobretudo na União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e no seu Conselho de Defesa Sul Americano (CDS). As duas instituições foram criadas com o objetivo de construir estabilidade regional através da elaboração de uma política de defesa comum no subcontinente a partir de mecanismos como tratados, cooperação bilateral, exercícios combinados, cooperação acadêmica, entre outros. Além disso, a partir da metade da década de 2000, os Estados sul-americanos também

passaram a implementar uma política energética e de infraestrutura comum a partir da transformação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), trazendo para o plano do diálogo político uma agenda com potencial de conflito. Mais que isto: a própria concepção de ameaça se transformou. Se até o fim dos anos 1990 o tráfico de drogas e o terrorismo estavam entre as principais agendas não apenas de segurança, mas também de defesa, a partir dos anos 2000 estes conceitos começaram a se separar gradativamente: houve uma maior compreensão a nível dos governos regionais de que os desafios à defesa estão ligados a agendas externas, enquanto a segurança seria de agenda principalmente interna. Isso significou, na prática, que os atores ligados à defesa e à segurança pública são diferentes – ao menos na maior parte das vezes.

As condições de segurança e defesa na América do Sul no início do século XXI foram amplamente discutidas na literatura especializada, com diversas interpretações. Uma parte significativa de autoras e autores avalia que, no subcontinente, se chegou à formação de uma zona de paz, frente à ausência de conflitos interestatais; outra parte afirma que se tratou da construção de uma comunidade de segurança (HURRELL 1998). Outros autores foram mais precavidos. Jorge Battaglini (2012) entende que há na América do Sul uma

paz híbrida, pois a região conta simultaneamente com países que têm relações profundas com seus vizinhos, que instituem regras e normas que podem ajudar a resolver de forma pacífica os conflitos, mas também há disputas não-resolvidas que podem evoluir para sua militarização, ainda que a probabilidade maior é que se trate de conflitos de baixa escala. Para ele, a mobilização de força militar na América do Sul é (ou costumava ser) improvável devido à pré-disposição de líderes democráticos à negociação, à interdependência econômica entre os Estados e à existência de normas e instituições regionais. Villa (2017) apresenta argumento similar: para ele, os Estados sul-americanos adotaram um padrão de política externa e de defesa que conjugava lógicas de balanço de poder – neste sentido, competição – e de comunidade de segurança – ou seja, cooperação. Por sua vez, David Mares (2001) acredita que, apesar de o subcontinente ter avançado na construção da paz, esta paz é negativa, pois há crises militarizadas com periodicidade razoável, ainda que de baixa intensidade. Segundo o autor, a militarização dos conflitos na América do Sul é, inclusive, o principal instrumento de negociação, a partir de estratégias de dissuasão.

Por fim, para Pimenta e Villa (2016) o debate tradicional entre aqueles que entendem a América do Sul como comunidade pluralística de segurança / zona de paz e aqueles que percebem a paz como negativa é uma discussão que chegou no seu limite.

Desde a segunda metade do século XX, as principais ameaças à paz na América do Sul estariam ligadas a uma agenda muito particular de violência social: mesmo com a baixa ocorrência de conflitos interestatais – ou seja, com a suposta paz subcontinental –, os Estados sul-americanos são alguns dos mais violentos do globo. Pela natureza particular dos principais agentes desta violência no subcontinente – crime organizado, principalmente ligado ao tráfico de drogas –, este tipo de violência ganha dimensões transnacionais, envolvem agentes tanto internos quanto externos dos Estados e diversos tipos de agência. Em um sentido parecido, Hector Saint-Pierre (2012) afirma que este fenômeno tem como consequência a securitização de agendas sociais na América do Sul, que, aliada à confusão entre os conceitos de segurança e defesa, tem sua principal materialização na utilização das Forças Armadas em operações que, tradicionalmente, não são de suas funções específicas. Por isso, para Pimenta e Villa, qualquer análise mais atenta da segurança na América do Sul passa pela compreensão de que a guerra não é a única problemática e o único elemento constitutivo dos cenários. Para eles, pensar a segurança hoje na América do Sul é compreender que fatores domésticos têm repercussões regionais.

A maior parte da literatura discutiu os cenários de segurança e defesa da América do Sul no ciclo passado – ou seja, antes do novo ciclo eleitoral, iniciado por volta de 2015, e

da ascensão da “onda conservadora”, como será discutido mais adiante. No entanto, independentemente da abordagem adotada, fica claro que, com mais ou menos intensidade, havia a noção de que a América do Sul era uma região estável. Daí a necessidade de compreender o que mudou.

3. Uso da força e conjunturas críticas na América do Sul: estudos de caso

Nesta seção, apresentaremos os estudos de caso de três conjunturas críticas diferentes na América do Sul. Foram estabelecidos quatro elementos que guiarão os estudos, sendo um deles subdividido em dois subitens, quais sejam: 1) causa ou irrupção da conjuntura crítica; 2) natureza da violência envolvida no contexto; 3) atores envolvidos, divididos em 3.1) atores domésticos e 3.2) atores regionais e internacionais; 4) solução, desfecho ou legado da conjuntura crítica.

Crise nos Andes (2008)

No dia 29 de fevereiro de 2008, membros das Forças Armadas (FA) e policiais colombianas entraram 1.800 metros em território equatoriano sem avisar às FA e ao governo do Equador sobre sua investida. O ataque foi contra um acampamento das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo* (FARC-EP), no qual morreram 18 guerrilheiros, um equatoriano e quatro estudantes mexicanos; entre os guerrilheiros estava Raúl Reyes, que

ocupava, então, o segundo maior posto dentro da hierarquia guerrilheira. O ataque iniciou com um bombardeio e, posteriormente, ocorreu a incursão no acampamento pelos militares e policiais colombianos (PAZ Y MIÑO, 2008). No dia seguinte, quando Rafael Correa, então presidente equatoriano, se inteirou da investida, declarou que houve violação à soberania equatoriana já que a incursão se deu sem autorização e que houve violação da Convenção de Viena de 1961 (CORTÉS VÁSQUEZ; ÁGUILA COGHLAN, 2012). O governo colombiano justificou o ato pela importância da captura e execução de Reyes, em função do posto que ocupava nas FARC-EP, e alegou que os documentos encontrados no acampamento atacado continham informações que provavam a colaboração dos governos de Correa e Hugo Chávez, então presidente da Venezuela, com a guerrilha; foram encontrados computadores, discos rígidos e memórias USB que teriam informações fundamentais (SARMIENTO, 2008).

No dia 2 de março, no entanto, o Equador rompeu relações com a Colômbia, expulsou o embaixador colombiano de Quito e solicitou convocação do Conselho Permanente de Segurança da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comunidade Andina (CAN) para avaliar a intervenção (CORTÉS VÁSQUEZ; ÁGUILA COGHLAN, 2012, p. 3). Correa também mobilizou tropas para a fronteira norte e fez um chamado à solidariedade internacional (PAZ Y MIÑO, 2008). Além disso, o

equatoriano empreendeu viagens internacionais por vários países da região, como Peru, Brasil, Venezuela e Nicarágua, para promover a solidariedade ao Equador (SARMIENTO, 2008). No dia 3 de março, o governo de Rafael Correa apresentou à OEA denúncia de violação à soberania. O governo colombiano argumentou que agiu em legítima defesa, já que sua ofensiva foi em contexto da guerra, e se valeu do artigo 51 da Carta da ONU (CORTÉS VÁSQUEZ; ÁGUILA COGHLAN, 2012). A argumentação de “segurança nacional” também foi mobilizada pelo governo colombiano (SARMIENTO, 2008).

“Neste marco, o presidente Uribe, seu chanceler e seu embaixador na OEA apontaram, uma e outra vez, a obrigação que têm todos os países de cumprir a resolução 1371, de 2001, das Nações Unidas, que convoca todos os governos a impedir que quem financia, planeja, facilita ou comece atos de terror utilizem seus territórios respectivos para esses fins, seja contra cidadãos de seus Estados ou de outros” (SARMIENTO, 2008, p. 96, tradução própria).

Álvaro Uribe, então presidente colombiano, declarou que não iria mobilizar tropas de suas FA para as fronteiras do país e que estaria de acordo com se submeter às verificações por parte de instituições internacionais. O governo colombiano insistiu na argumentação de que, com a investida, adquiriram informações cruciais que

Transformações na mobilização da violência na América do Sul: comparação de conjuturas críticas para o estudo de caso da crise na Venezuela

mostram atitudes irregulares e que contrariam o direito internacional por parte do Equador e da Venezuela. Além disso, governo o colombiano informou que iria denunciar Chávez ao Tribunal Penal Internacional por patrocínio e financiamento de genocidas em função do material encontrado em território equatoriano; Uribe também afirmou que, em nenhum momento, o ataque se destinou a solo equatoriano, somente ao acampamento das FARC-EP (SARMIENTO, 2008).

Em meio a isto, a Venezuela se envolveu na crise: Chávez condenou o assassinato de Raul Reyes, enviou 10 batalhões para a fronteira venezuelana com a Colômbia, solicitou a retirada dos funcionários da embaixada em Bogotá e declarou que, em caso de incursão em território venezuelano, a resposta não seria outra que não a guerra; declarou, também, que as relações entre seu país e as FARC eram exclusivamente em busca de acordos humanitários para libertação dos sequestrados - fato que Rafael Correa e Miguel Carvajal, então ministro da defesa, negaram, já que afirmaram que não tinham contato com a guerrilha (CORTÉS VÁSQUEZ; ÁGUILA COGHLAN, 2012). Além da Venezuela e do Equador, a Nicarágua, sob o comando de Daniel Ortega, também rompeu relações com a Colômbia.

No dia 4 de março, aconteceu uma reunião extraordinária da OEA para discutir o assunto, que teve como resultado uma resolução do Conselho Permanente que reconheceu a violação da soberania, de princípios do direito internacional e da integridade territorial

equatoriana, além de ter convocado para o dia 17 uma consulta de chanceleres (PAZ Y MIÑO, 2008). Foi convocada para o dia 7 de março, em Santo Domingo, na República Dominicana, reunião do Grupo do Rio que, entre outras agendas, discutiu a crise. O encontro começou com Correa defendendo com firmeza a posição equatoriana. No entanto, se, de início, a reunião contou com clima pesado e com insultos entre os presidentes envolvidos na crise, a intervenção de Hugo Chávez, em um segundo momento teve tom bem mais leve e “com tom anedótico, foi se desligando do tema e apontando que, como em épocas anteriores, o estavam acusando de coisas que, no fim, não foram possíveis provar. Cantou, fez piadas e, entre risos, encerrou sua participação mudando a tensão do ambiente” (CORTÉS VÁSQUEZ; ÁGUILA COGHLAN, 2012, p.5). Para Sarmiento (2008), Chávez passou a adotar uma postura de reconciliação, o que foi surpreendente, já que a postura do venezuelano no resto da Cumbre foi conflitiva, principalmente com relação aos Estados Unidos.

Após a intervenção de Chávez, foi a vez de Uribe se pronunciar, e o colombiano pediu desculpas pela violação à soberania equatoriana, ainda que tenha reiterado a importância da captura de Reyes e da descoberta de vínculos entre os outros dois países e as FARC-EP. Esta foi a materialização da mudança de postura por parte do governo colombiano: da negação inicial à admissão da violação (PAZ Y MIÑO, 2008). A favor da tese equatoriana,

além de Chávez, estavam os presidentes ou representantes da Bolívia, Nicarágua, além das declarações dos/as representantes de Chile, Argentina, México, Panamá, Brasil e Peru sobre a importância do respeito à soberania e às leis internacionais (PAZ Y MIÑO, 2008).

Rafael Correa não pareceu completamente satisfeito com a declaração de Uribe, mas o final da reunião foi celebrado com abraços e sorrisos entre os chefes de Estado (CORTÉS VÁSQUEZ; ÁGUILA COGHLAN, 2012). O resultado da reunião foi a Declaração de Santo Domingo, que rechaçou a violação à integridade territorial do Equador e reafirmou os princípios de inviolabilidade dos Estados - e que estes não podem ser objeto de ocupação militar ou outras medidas de força. O documento também tomou nota do pedido de desculpas de Uribe e reiterou o compromisso de combater às ameaças securitárias aos Estados e, nele, também constou que a Colômbia considera terroristas as organizações criminosas envolvidas. De acordo com Paz y Miño (2008), Rafael Correa foi o principal articulador político dos resultados tanto da OEA quanto do Grupo do Rio na argumentação pelo princípio da inviolabilidade e da soberania nacional; foi o “ganhador da batalha diplomática”, nas palavras dos autores.

Crise na Bolívia (2006-2009)

Em 1º de janeiro de 2006, Evo Morales Ayma toma posse da presidência. Eleito pelo *Movimiento al*

Socialismo (MAS), partido-movimento composto por diversos setores populares, de população originária e movimentos sociais, Morales chega ao poder com uma plataforma política que tem no seu centro um novo padrão de relação com o espaço e a territorialidade, e isso tem como consequência um novo padrão de relação com os recursos naturais. Ainda que o país tenha reservas de petróleo, isto é especialmente importante em função das reservas de gás, já que a Bolívia tem uma das maiores reservas do globo e sua economia é bastante dependente do recurso. Em 1º de maio do mesmo ano, o governo boliviano promulga a lei 28.701 que decreta a nacionalização de todos os recursos de hidrocarbonetos do país; o decreto responde às decisões do referendo vinculante que ocorreu dia 18 de julho de 2004, após os ciclos de protestos conhecidos como Guerra do Gás e Guerra da Água. Com a nova lei, o Estado recupera posse e propriedade dos recursos, assim como cabe ao Estado a decisão sobre a utilização dos hidrocarbonetos. De acordo com a nova lei, um mínimo de 50% mais uma das ações tem de estar sob posse do governo boliviano (CEPIK, 2006).

Entre 2006 e 2009, a Bolívia passou por uma grande crise institucional e por um período de intensa conflituosidade e polarização, que esteve ligada a uma série de questões - desde a destinação dos recursos ligados aos hidrocarbonetos até a forma a partir da qual o Estado central vai se relacionar com os

departamentos. Em especial, a crise é guiada a partir das movimentações políticas que ocorriam em torno da Assembleia Constituinte (AC). Iniciada em 2006, a AC teria fim em 2009, quando da aprovação por referendo popular do texto da nova Constituição Política do Estado (nCPE), profundamente transformador que, entre diversas coisas, tirava a Bolívia da condição de república e a transformava em Estado plurinacional a partir do reconhecimento das múltiplas nações de populações originárias. Mais que isto: virou compromisso constitucional a *descolonização* política e social do Estado boliviano, de acordo com o artigo 9. Ou seja, isso significou mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas, o que impactou nas formas de relação, por exemplo, do Estado com as elites econômicas, tornando-a mais conflituosa que nos períodos anteriores de hegemonia liberal. Foi, logo, um período de grandes transformações em um período curto de tempo - o que gerou conflitos sociais grande. De acordo com Domingues (2008), ainda que a Bolívia tenha tido uma série de instabilidades em sua história recente, desde a revolução (1952) o país não passava por uma desestabilização com risco de guerra.

Tratou-se de uma crise do próprio Estado nacional. A região conhecida como Meia Lua é composta pelos departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, localizados a leste do país. Além de conter alguns dos departamentos mais ricos do país, no departamento de Tarija está, também, a

segunda maior reserva de hidrocarbonetos do continente. Nesta região está concentrado o núcleo duro da oposição a Evo Morales e ao MAS; ali se organizam politicamente, principalmente as elites econômicas empresariais e agropecuárias do país. Entre 2006 e 2009, enquanto os setores populares ligados ao MAS construíram a Agenda de Outubro com uma série de pautas para debate para a AC, a oposição – capitaneada pelas elites tradicionais de partidos – construíram sua Agenda de Janeiro. A Agenda de Janeiro tinha duas principais bandeiras: a defesa das autonomias departamentais – em especial, dos departamentos pertencentes à Meia Lua e em oposição à centralização do governo de Morales; junto e relacionado a isso, colocavam em pauta a forma como seriam distribuídos os recursos do governo central, principalmente aqueles advindos dos hidrocarbonetos, cuja arrecadação subiu consideravelmente após a nacionalização (DOMINGUES, 2008).

O segundo tema central – que, ao mesmo tempo, foi o de maiores tensões e o que conseguiu conciliar ambos lados para a aprovação da nCPE – foi a respeito das questões agrárias, principalmente a respeito do limite constitucional sobre os tamanhos de propriedades permitidos. Enquanto o executivo tentava aprovar alterações na Lei do Serviço Nacional de Reforma Agrária, de 1996, para que a definição de Função Econômica Social não fosse considerada cumprida pelo simples pagamento de impostos – o que abriria

espaço para que terras fossem consideradas improdutivas e, portanto, passíveis de exportação -, a oposição ao MAS se organizava para bloquear este tipo de medidas. De acordo com Cunha Filho (2018), este debate gerou uma guerra econômica durante a AC em função da especulação em cima de alimentos por parte das elites agropecuárias. As tensões a respeito das titulações fundiárias se resolveriam apenas entre 2008 e 2009 após o recuo por parte do governo, que aceitou em fixar o limite de hectares acima da proposta original. Neste processo, tiveram papel importante os *prefectos* da Meia Lua, em suas tentativas de aprovar estatutos e promulgar referendos à margem da AC para tentar garantir autonomia departamental sobre titulação fundiária (CUNHA FILHO, 2018).

A princípio, as principais práticas da oposição eram a de boicote às reuniões institucionais da AC. No início de 2006, o governo apostou na estratégia equivocada de tentar alterar a necessidade de quórum necessário à aprovação dos artigos da maioria qualificada para maioria simples - o que foi derrotado pela oposição, capitaneada pelo *Poder Democrático y Social* (Podemos), o que fez com que o governo dispendesse tempo e capital político, sobretudo com sua base de sindicatos e movimentos sociais, e deixou a AC em um ano de paralisia (DOMINGUES, 2008). Neste período, a oposição se reorganizou e construiu novas pautas próprias, como as demandas ligadas a disputa sobre qual

seria a capital do país. Ao longo do tempo, no entanto, “uma crescente agressividade foi tomando conta da oposição e a instabilidade que amiúde acossa o país recrudesciu” (DOMINGUES, 2008, p.32). Isso fez, inclusive, com que a AC tivesse de mudar de cidade momentaneamente para que fosse dada continuidade.

O cenário polarizado fez com que, no início de 2008, fosse convocado referendo em Santa Cruz que aprovou autonomia para o departamento; logo a movimentação se espalharia e, em junho, Pando e Beni também aprovaram sua autonomia por meio de referendo. O governo central questionou a legitimidade dos referendos, já que estes não haviam passado pelo Congresso. Em muitos sentidos, tratou-se, por parte dos departamentos da Meia Lua, de medidas para mostrar força e capital político frente ao cenário polarizado - e, principalmente, frente às Forças Armadas (ZABOLOTSKY, 2017). A reação de Morales e do governo boliviano foi a convocação, para agosto do mesmo ano, de um referendo revocatório para confirmar sua legitimidade no poder - e obteve resultado favorável, de 67,41 % a sua permanência na institucionalidade; Morales e o MAS obtiveram maioria, inclusive, nos departamentos autonomistas. Esta foi, para Domingues (2008), uma vitória bastante significativa para Morales e seu projeto político e uma vitória considerável à oposição da Meia Lua. A partir de então, ainda de acordo com Domingues (2008), a estratégia do MAS, de Morales e de

Álvaro García Linera, vice-presidente, mudou:

É verdade que, desde dezembro de 2007, García Linera definira em conferência pública o controle da força estatal - das Forças Armadas em particular - como provavelmente decisivo para o desenlace do impasse que então se caracterizava. Esta vem sendo, aliás, objeto de atenção e renovação constantes por parte de Morales e de seu ministro da Presidência, Juan Ramón Quintana, receosos de que os militares pudessem ser usados como instrumento dos setores conservadores, repetindo episódios recorrentes na história boliviana. Mas García Linera já não via espaços para negociação com os setores mais duros da oposição. Fato é que, a partir do referendo revocatório, as autonomias receberam, por um governo central que se percebeu legitimado e fortalecido, o tratamento de tema de pouca relevância. Cumpria agora, em vez de dar-lhe atenção, de avançar e aprovar o arcabouço institucional do Estado (DOMINGUES, 2008 p.35).

Com isso, o movimento separatista da Meia Lua também entrou em uma nova fase de disputa em relação à La Paz, e trouxe a radicalização do embate entre governo e oposição, como consequência, houve a escalada da violência no país (ZABOLOTSKY, 2017, p. 467). Em setembro de 2008, iniciou um novo ciclo de protesto de grande escala nas maiores cidades dos departamentos da Meia Lua, que contou

com práticas como invasão de prédios públicos e a explosão do principal gasoduto do país (ZABOLOTSKY, 2017, p. 468). Em especial no departamento de Pando, cresce o número de mortos e feridos, o que faz com que o episódio fique conhecido como “Massacre de Pando”. De acordo com Zabolotsky (2017), neste momento chegou-se muito perto da eclosão de uma guerra civil na Bolívia, que teria repercussões regionais severas, já que se tinha a possibilidade de expansão do conflito a outros países sul-americanos, principalmente em função da crise humanitária que poderia gerar.

A escalada da violência, sobretudo em Pando e Tarija, fez com que a então presidenta do Chile, Michelle Bachelet, convocasse uma reunião de emergência da Unasul para discutir possibilidades de soluções pacíficas à crise. Na reunião, os chefes de Estado sul-americanos declararam seu apoio a Evo Morales - e, conseqüentemente, não apoiaram os movimentos separatistas. Os representantes também demandaram o fim das hostilidades contra um presidente eleito democraticamente (AYERBE, 2011).

No mês seguinte, inicia o processo de negociações entre o governo e a oposição, que tem como resultado o acordo para a realização do referendo de janeiro de 2009. As negociações contaram com a participação de representantes da Unasul, da OEA, da Igreja Católica, da ONU e da União Europeia (AYERBE, 2011). A nCPE foi aprovada pelo referendo popular por 61,43% da

população com um índice de participação de mais de 90% dos habilitados para votar, e promulgada um mês depois por Evo Morales.

O presidente Evo Morales ganha legitimidade, com manifestações favoráveis que incluem o governo de Barack Obama, expressas pelo porta-voz do Departamento de Estado, Robert Wood, que parabenizou o povo boliviano pelo referendo, sinalizando para a melhoria das relações bilaterais (AYERBE, 2011, p. 207).

Crise na Venezuela (2014-)

Em 2012, Hugo Chávez foi eleito pela quarta vez presidente da República Bolivariana da Venezuela; em março do ano seguinte, no entanto, Chávez, que já vinha batalhando contra um câncer, vem a falecer, e Nicolás Maduro, seu então vice-presidente, assume interinamente a presidência. Em abril, são convocadas novas eleições, e Maduro é eleito presidente pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), derrotando Henrique Capriles com uma pequena margem. A candidatura de Maduro já vem à sombra do chavismo e com a responsabilidade de dar continuidade ao legado bolivariano após anos de grande popularidade de Chávez - que contou com cenários regional e internacional favoráveis a si (ALBUQUERQUE, 2017). No plano internacional, o *boom* das commodities trazia rendas consideráveis a um Estado economicamente muito dependente do petróleo durante a maior parte da era

Chávez; no plano regional, a arquitetura institucional da Unasul e a “onda rosa” permitiam a Chávez margem de manobra para a construção da sua política externa bolivariana.

A vitória de Maduro, no entanto, foi amplamente questionada pela oposição - seja por sua apertada margem ou seja pelo declínio das articulações e chaves políticas construídas durante a maior parte do chavismo (ALBUQUERQUE, 2017). Desde 2013, protestos começam a ocorrer no país, tendo como foco a inflação, a corrupção e o desabastecimento de alimentos básicos. No início de 2014, iniciou uma nova onda de protestos ainda mais forte, capitaneada por grupos estudantis. A partir de então, a dimensão das mobilizações cresceu consideravelmente - não apenas massificaram, mas os próprios atos passaram a mobilizar de forma mais constante a violência em práticas como uso de coquetéis molotov e depredação de espaços públicos. Junto a isto, aumentou exponencialmente, também, a repressão policial e militar contra os manifestantes. Em 2014, a Unasul tentou mediar a crise ao tentar construir diálogo entre governo e oposição a partir de uma comissão *ad hoc* com os chanceleres de Brasil, Colômbia e Equador e com o apoio do Vaticano, mas não conseguiu resultados (VELASCO, 2019). Em 2015, a intensidade dos protestos continuou a subir. No fim do ano, ocorreram eleições legislativas, na qual a oposição a Maduro obteve maioria na Assembleia Nacional. Estas eleições foram

Transformações na mobilização da violência na América do Sul: comparação de conjuturas críticas para o estudo de caso da crise na Venezuela

acompanhadas e monitoradas pela Unasul. Esta foi a primeira derrota significativa do regime desde que o chavismo chegou à institucionalidade venezuelana. A partir do momento que Maduro e sua base aliada perdem a Assembleia, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) se torna a principal peça de poder institucional do chavismo.

Em abril de 2016, a oposição deu início ao processo de referendo revogatório perguntando sobre a manutenção do mandato de presidente de Nicolás Maduro; ainda que tenha sido dado abertura ao processo, já que a oposição conseguiu colher assinaturas equivalentes a 1% da população votante no país, o processo não foi adiante pois não se conseguiu obter o equivalente necessário à segunda fase e, por isso, foi suspenso em outubro pelo Conselho Nacional Eleitoral. A oposição acusou o governo de obstrução judicial e afirmou que isso constituía golpe de Estado, já que o referendo revogatório é instrumento previsto na Constituição. Frente à impossibilidade institucional, a oposição iniciou o que chamou de “juízo político e penal” de Maduro - desta vez, dispositivo não-previsto constitucionalmente (SANTOS; WEBER, 2017). Esta condição levou a uma situação de ainda maior polarização, materializada nas ruas, onde as manifestações, de ambos lados, cresciam, além de greves nacionais terem ocorrido em diversos setores (ALBUQUERQUE, 2017). Em função disso, as eleições para governadores, que ocorreriam no fim do ano, foram adiadas para o início do ano seguinte.

Vale notar que, de acordo com Velasco (2019), a esta altura a Unasul já vivia seu processo de esvaziamento e, portanto, não se colocava mais a altura de organização capaz de mediar a crise. Ao mesmo tempo, a economia venezuelana já mostrava sinais de grande crise. Com a queda nos preços do petróleo, a economia desacelera consideravelmente, aumenta a inflação e o grau de desabastecimento do país.

Com isso, a Venezuela entra em 2017 com um cenário de polarização que já ultrapassava o caráter constitucional, e a crise atingia níveis que extrapolavam a legalidade. A compreensão da aceleração que a crise no país teria em 2017 e em 2018 passa por entender três elementos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que não existe uma oposição unificada na Venezuela, mas sim múltiplas oposições. Desde a oposição mais moderada, materializada em figuras como Henri Falcón e Henrique Capriles, até Leopoldo López, tipo por Maduro como de extrema direita e aliado dos Estados Unidos, que adota programa político e práticas bastante mais radicalizadas que Capriles. López foi detido em 2014 e, em 2015, foi condenado a 15 anos de prisão sob a acusação de incitação de violência durante os protestos. A maior parte e o núcleo duro da oposição a Maduro, dentro de toda sua heterogeneidade, está sob a égide da Mesa da Unidade Democrática (MUD). No entanto, se trata de uma oposição fragmentada, com um objetivo único - a derrubada do regime de Maduro, mas com múltiplos

métodos para isso; enquanto os mais moderados buscam derrotar Maduro pelas vias dentro das instituições, a oposição mais radical entende que, frente à deslegitimação destas, o boicote é uma opção mais estratégica.

Vale reconhecer que a oposição venezuelana é extremamente desarticulada, dividindo-se em diversos partidos reunidos na Mesa da Unidade Democrática (MUD) na Assembleia Nacional: Voluntad Popular (VP), Primero Justicia (PJ), Acción Democrática (AD), Avanzada Progresista (AP) entre vários outros, com agendas e demandas desencontradas e que coincidem apenas no desejo de pôr fim ao governo de Nicolás Maduro (VELASCO, 2019, p. 9).

Em segundo lugar, cabe lembrar do papel fundamental que as Forças Armadas têm na vida política venezuelana. Desde Chávez, os militares assumiram postos de grande relevância na administração bolivariana, com destaque para seus papéis em empresas como a petroleira PDVSA; com Maduro, isto ganhou uma dimensão ainda maior. A aliança entre o regime e os militares teve de ser renegociada, o que garantiu uma fatia ainda maior às Forças Armadas. A política de promoções nas hierarquias militares passou a ser gerida de forma autônoma, o que fez com que crescesse o número de oficiais-generais na ativa, cresceram as nomeações de militares para cargos públicos e militares passam a ter mais autonomia em postos da vida política venezuelana, como em

setores de distribuição de remédios e alimentos - fundamentais para um país que vive processo de desabastecimento. Só em 2013, Maduro já havia indicado mais de 300 militares da ativa ou reserva para diversos cargos (VELASCO, 2019). Ainda segundo Velasco (2019, p. 11):

Não é exagero reconhecer que os militares tornaram-se o grupo hegemônico na aliança civil-militar do governo Maduro e, por isso, são peça-chave no futuro político do país, sendo impossível imaginar qualquer transição governamental sem a inclusão de lideranças militares nas negociações. A própria oposição a Maduro está ciente desse processo e o auto-intitulado presidente encarregado do país, Juan Guaidó, ofereceu, ainda em fevereiro, uma anistia aos militares que decidissem retirar o seu apoio a Maduro e favorecessem uma transição governamental no país.

Por fim, é importante destacar que, dentre as diferentes práticas e métodos entre as oposições, há aquelas que se valem de mais ou menos violências a seus propósitos. Do mesmo modo, o Estado venezuelano também se vale da força. A Milícia Nacional Bolivariana, criada por Chávez em 2008, cresceu em número significativamente entre 2017 e 2018. Além disso, os *colectivos* bolivarianos passaram a ganhar mais importâncias nas manifestações em prol do governo; a partir disto, começaram especulações de que se tratavam de grupos

Transformações na mobilização da violência na América do Sul: comparação de conjuturas críticas para o estudo de caso da crise na Venezuela paramilitares bolivarianos. Em síntese,

O processo de militarização da sociedade venezuelana é crescente. A baixa separação entre as funções de segurança e defesa e a busca pela união cívico-militar, presente desde o início do chavismo, colocam a Venezuela em uma situação para o aumento da violência política e possivelmente um conflito civil. Os colectivos e a Milícia Nacional Bolivariana não são grupos homogêneos ou necessariamente fiéis ao governo, o que lança questionamentos sobre o papel que essa face civil, mas militarizada, desempenharia diante do colapso do Estado e da desorganização das Forças Armadas, caso a crise no país chegue a esse ponto (WEBER, 2018, p.10).

Em março de 2017, o TSJ suspendeu os poderes da Assembleia Nacional e tomou para si os poderes legislativos. A forte repercussão negativa internacional, principalmente no âmbito da OEA levou ao regime a recuar (WEBER, 2018). A essa altura, a crise na Venezuela já tinha dimensões regionais e internacionais. Em setembro de 2016, quando da decisão do Conselho Nacional Eleitoral de suspender o referendo, as burocracias de política externa de países como Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Paraguai divulgaram documentos questionando a medida, inserindo no contexto de crise política e econômica no país e a relacionando com violações de Direitos Humanos. Isso significou que, aos poucos, Maduro ia perdendo

aliados na região - em especial ao se tratar de críticas advindas de países que anteriormente davam apoio ao regime de Chávez. Mais que isto: a maior parte dos Estados do Mercosul condenaram a postura do governo de Maduro - o que poderia levar a suspensão venezuelana no bloco com base na cláusula democrática (ALBUQUERQUE, 2017). Desde 2016, o Mercosul já entrou em cena na crise como uma das organizações relevantes quando do impedimento de o governo venezuelano ter assumido a presidência pró-tempore do bloco em função do não-cumprimento do Protocolo de Ushuaia (VELASCO, 2019).

O secretário-geral da OEA, Luis Almagro, se tornou um dos grandes porta-voz da crítica ao governo de Nicolás Maduro e, à época da ANC, foi o responsável pela convocação do Conselho Permanente da organização para debater a ruptura da ordem democrática no país. De acordo com Velasco (2019), o secretário geral assumiu uma postura ativista frente à crise, o que gerou uma série de controvérsias a nível hemisférico. Almagro declarou que a postura de Maduro e do TSJ configurava um “auto-golpe”. Em março, o uruguaio pediu, munido da Carta Democrática da OEA, a suspensão venezuelana da organização. No mesmo mês, um grupo de países, sob liderança mexicana, assinou documento demandando a liberação dos presos políticos, o reconhecimento da legitimidade da Assembleia Nacional e o estabelecimento de um calendário

eleitoral. Quase todos os vizinhos criticaram o regime de Maduro. Em meio a este processo de esvaziamento da Unasul e de crescimento de protagonismo da OEA e de seu secretário geral, cria-se o Grupo de Lima, composto por 14 países das Américas; ao longo do tempo, o Grupo de Lima atuou politicamente pelo isolamento do regime de Maduro, sempre pressionando-o em contra posturas antidemocráticas de seu governo, mas sem empenho claro em buscar algum tipo de mediação efetiva entre governo e oposição (VELASCO, 2019). Em abril, a Venezuela se retira da OEA; ao mesmo tempo, o então ministro das relações exteriores venezuelano anunciou que iria denunciar o intervencionismo da OEA na Celac.

No mesmo mês, Maduro convoca uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para alterar a Constituição Bolivariana, que foi realizada dia 30 de julho, apesar das críticas domésticas, regionais e internacionais à medida (WEBER, 2018). Esta medida acirrou a polarização no país: os protestos duraram mais de quatro meses e totalizaram mais de 120 mortos. Apesar da discrepância entre o número divulgado pelo governo e aquele contabilizado pela Smartmatic, empresa responsável pelo pleito, os constituintes tomaram posse, e a oposição decidiu não participar do pleito.

Anteriormente, entre outubro e dezembro de 2016, também foram articuladas ações internacionais para a

promoção do diálogo entre as partes venezuelanas, como a Mesa de diálogo entre o governo e a MUD na República Dominicana, formada pelos então presidentes do país sede, da Espanha e do Panamá, além de Ernesto Samper, ex- secretário geral da Unasul. Estava em pauta, por exemplo, a convocação das novas eleições presidenciais e como se daria a participação da oposição nela. A oposição deixou a mesa de diálogo em outubro já que não via disposição de negociação por parte do governo (WEBER, 2018).

A oposição pedia uma série de pontos para que participasse nas eleições: a liberação de presos políticos, a abertura de um canal humanitário, a designação de um novo Conselho Nacional Eleitoral, a possibilidade de voto no exterior, a presença de observadores internacionais, o acesso igualitário a meios de comunicação públicos e privados, a revogação de candidaturas impugnadas e uma data para o pleito no segundo semestre de 2018 (WEBER, 2018, p.17).

Mesmo com o fracasso nas negociações, o governo optou por convocar as eleições para o início de 2018. De acordo com Weber (2018, p.17), “ a MDU já cogitava boicotar as eleições, mas de todo modo havia sido impedida de apresentar um candidato único de maneira coligada pelo Tribunal Supremo de Justiça. Com o fracasso das negociações, surgiram candidatos independentes à presidência, em desacordo com a MUD”.

Transformações na mobilização da violência na América do Sul: comparação de conjuturas críticas para o estudo de caso da crise na Venezuela

Assim, em 2018 ocorreram as eleições para governador e, em maio, as eleições presidenciais, na qual Maduro foi eleito com 67% dos votos, superando Henri Falcón, que ficou na segunda colocação com 20% dos votos. Ainda que Falcón tenha se colocado como oposição a Maduro, é ex-membro do PSUV e sua candidatura foi independente e não estava articulada com a MUD; seu programa de governo, ainda que crítico a Maduro e posto como “de transição” ao regime, não é completamente desalinhado ao chavismo e, por isso, o candidato foi bastante acusado de ser um “fantoche” de Maduro (WEBER, 2018). O comparecimento às urnas foi de 45%, em contraste com os mais de 80% que votaram em 2013; a alta abstenção foi considerada pela oposição como um elemento que denota a falta de legitimidade tanto do regime de Maduro quanto do pleito. Além disso, também ocorreram denúncias de fraude eleitoral e de compra de votos.

O Grupo de Lima emitiu declaração não reconhecendo o resultado do pleito e afirmou que tomaria medidas para que cessem empréstimos internacionais ao país por parte de organismos financeiros. OEA também aprovou condenação às medidas eleitorais e resolução para aplicação da Carta Democrática da organização em conta o país. Os Estados Unidos, que já construía críticas bastante pesadas ao regime de Nicolás Maduro desde que estava sob a administração de Barack Obama, subiu o tom contra a Venezuela: com Donald

Trump, não houve o reconhecimento do pleito; desde a instituição da ANC, começou-se a falar sobre a possibilidade de uma intervenção estadunidense do país. Pode-se notar que há uma transição da política do Obama - que, apesar de crítica, era branda - para Trump com relação à Venezuela, já que este se vale de ameaças de uso da força e de sanções com relação ao regime. Em síntese, após as eleições em 2018, o governo de Nicolás Maduro ficou ainda mais isolado, já que quase todo continente americano considera seu regime uma ditadura. No plano doméstico, o novo governo de Maduro, a crise econômica se acentuou - já que 2018 foi o quinto ano seguido de contração do PIB no país. Apesar de algumas reformas econômicas, nomeadas *paquetazo*, pouca coisa mudou nas condições econômicas da Venezuela. As sanções internacionais à Venezuela só cresceram desde 2017, tornando mais dramática a situação.

Em janeiro de 2019, quando da posse de Nicolás Maduro para mais um mandato de 6 anos frente à presidência da República Bolivariana, ocorreu mais um episódio na crise. Juan Guaidó, então presidente da Assembleia Nacional, se autodeclarou chefe de governo e se empossou como presidente interino do país. Alguns países, como os Estados Unidos e a maior parte do Grupo de Lima (com exceção do México) reconheceram Guaidó como representante legítimo do povo venezuelano, enquanto outros Estados, como Bolívia, China, Cuba, Rússia e Irã seguiram ao lado de

Maduro. A União Europeia, frente à postura de Guaidó, deu o ultimato de uma semana a Maduro para que eleições fossem convocadas; frente à negativa, a UE, também, reconheceu a legitimidade do posto autoproclamado de Juan Guaidó. Atualmente, Guaidó conta com o reconhecimento internacional de cerca de 50 países (VELASCO, 2019). Frente a mais este elemento da crise, deu-se início ao Mecanismo de Montevidéu, com Estados sul-americanos e com a Comunidade do Caribe (CARICOM), e foi criado o Grupo de Contato Internacional a fim de promover soluções. As iniciativas, no entanto, pouco avançaram, e foram classificadas por países como o Brasil e por Almagro como “falso diálogo que oxigena a ditadura” (VELASCO, 2019). A ajuda humanitária voltou a ser um elemento de disputa na crise, já que, diversas vezes, o governo de Maduro não permitiu a entrada de itens advindos de países como Colômbia e Estados Unidos, alegando que se tratava de tentativas de golpes contra o país. Ainda em janeiro, a Venezuela rompeu relações com a Colômbia e demandou a retirada da burocracia diplomática colombiana de dentro de território venezuelano.

Em março, foi criado o Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL). Sob iniciativa de países como Brasil, Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia, Chile e Equador, a organização, que ainda não conta com estrutura formal definida, teria como objetivo servir como foro de concertação em substituição à Unasul. A

Venezuela não foi convidada para compor as reuniões deliberativas ou para compor qualquer outra iniciativa ligada ao PROSUL. Em junho de 2019, a Assembleia Geral da OEA se reuniu em Medellín, na Colômbia, para discutir as situações na Venezuela e na Nicarágua, entre alguns outros temas. Na reunião, a representação colombiana demandou ações mais enfáticas da OEA a respeito da crise venezuelana. A OEA reconheceu as credenciais dos representantes indicados por Guaidó, fato que causou reclamações por parte de países como Bolívia, México e Uruguai, que declarou que reconhecer a delegação era o mesmo que o reconhecimento de Guaidó como o próprio governo venezuelano legítimo; após isso, a delegação uruguaia se retirou como forma de protesto. Com 20 votos a favor, 8 contra, 6 abstenções e a ausência uruguaia, foi aprovada resolução que reconhece oficialmente a delegação de Guaidó na instituição e demanda eleições livres na Venezuela. Por fim, em maio tentou-se uma nova iniciativa para mediação a partir das lideranças de Cuba e Noruega, e Maduro e a oposição chegaram a se encontrar em Oslo. O próprio Guaidó chegou a reconhecer a legitimidade do mecanismo De acordo com Velasco (2019, p. 10).

Cabe destacar o papel desempenhado pela Unidade de Paz e Reconciliação do Ministério de Relações Exteriores da Noruega, comandada pelo diplomata Dag Halvor Nylander, que foi peça-chave nas negociações de paz entre o governo

colombiano e as FARC. De fato, a notável atuação da Unidade de Paz e Reconciliação naquele processo ajudou a criar uma relação de confiança tanto com Cuba, quanto com o próprio governo Maduro. Vale notar que a Noruega vem se assumindo como um facilitador, mais do que propriamente um negociador, estimulando as partes a falarem ao invés de indicar o caminho a ser seguido.

Em síntese, o governo de Nicolás Maduro está cada vez mais isolado a nível regional. Ainda que países como Uruguai e México sigam defendendo uma solução negociada entre as partes para a crise, o Grupo de Lima se mantém com postura crítica e construindo o isolamento do regime venezuelano.

4. Análise comparativa entre as conjuturas críticas sul-americanas

A crise nos Andes tem origem do conflito interno da Colômbia com as guerrilhas e, mais especificamente, com as FARC-EP. O conflito, que teve início na década de 1960, trouxe dentro de si no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 uma série de conceitos que foram relevantes para a crise. A guerra civil colombiana, que nasceu com guerrilhas de caráter classista e territorializadas, já vivia há décadas sua nacionalização e a transformação do caráter dos grupos armados. Isto se deu sobretudo em função da sobreposição de diversas guerras dentro de uma só, quando do aparecimento dos paramilitares e dos

narcotraficantes, responsáveis pela dolarização da guerra. O Estado, os guerrilheiros, os paramilitares e os traficantes complexificam a disputa, fazendo com que suas diversas dimensões, inclusive internas e externas, se mesclassem.

No plano das Relações Internacionais, com a ascensão das doutrinas da Guerra às Drogas e da posterior Guerra ao Terror, ambas promovidas pela política externa estadunidense desde os anos 1980, absorvidas e complexificadas pelas políticas externa e doméstica colombiana, o conflito interno passa a ser perpassado por noções e conceitos como “narcoguerrilha”, “narcoterrorismo” ou “guerrilhas terroristas”. A eleição de Álvaro Uribe à presidência, em 2002, foi baseada na concepção de que as guerrilhas eram ameaças à segurança nacional e inseridas no conceito hemisférico de segurança. Sua doutrina de segurança doméstica, a *Seguridad Democrática*, era calcada na noção de que apenas a eliminação dos grupos guerrilheiros pelo uso da força - já que não concebe a negociação - poderia trazer a paz à Colômbia. Ou seja, é a concepção de que a guerrilha e o terrorismo são ameaças hemisféricas é o que guia a política colombiana e é esta argumentação que justifica a sua invasão ao território equatoriano em 2008.

À época, no entanto, já estava se desenvolvendo na América do Sul uma nova concepção de segurança e defesa - consequentemente, uma nova concepção a respeito de quais eram as

ameaças à estabilidade securitária no subcontinente. Com a ascensão da “onda progressista”, avança a separação entre as doutrinas de segurança e defesa a partir da perspectiva de que segurança olha para o âmbito doméstico e defesa diz respeito às ameaças externas; segurança e defesa exigiram, portanto, atores diferentes, já que as forças policiais pública são as responsáveis pela ordem pública, enquanto cabe às Forças Armadas a proteção contra inimigos externos. Ao longo do tempo, por isso, construiu-se na América do Sul a noção de que seriam ameaças à defesa dos Estados não apenas os temas ligados ao tráfico de drogas, terrorismo e crime organizado, mas também os interesses das potências extrarregionais. Países como Brasil, Venezuela, Argentina e Bolívia inseriram em suas doutrinas a defesa dos recursos naturais e estratégicos dos países contra os interesses de grandes potências, por exemplo. E é imbuídos dessa lógica que Equador, Venezuela e Bolívia fizeram suas defesas contra a postura colombiana. A apaixonada política externa venezuelana sob Chávez já tinha como rotina, desde 1999, acusações contra o imperialismo e intervencionismo estadunidense; a partir de então, o apoio das políticas externas de países como Brasil, Argentina, Equador e, principalmente, Bolívia fez com que aumentasse a proposta de uma concepção de segurança própria à região, desatrelada à segurança hemisférica. Isso seria materializado na criação, dali a alguns

meses, da Unasul e do Conselho de Defesa e Segurança.

Pode-se notar, portanto, que se tratou de uma conjuntura crítica securitária, já que iniciou com um desrespeito à soberania por parte de agentes das Forças Armadas e policiais da Colômbia, guiados por uma doutrina de segurança de combate ao terrorismo e às “narcoguerrilhas”. Em oposição a ela, no entanto, uma nova doutrina de segurança no subcontinente estavam surgindo - e ela se consolidou como hegemônica naquele momento. A conjuntura crítica de 2008 parece ser a materialização da paz híbrida de Battaglini (2012) ou das concomitantes cooperação e dissuasão que Villa (2017) discutiu.

A crise na Bolívia, por sua vez, teve motivações absolutamente diferentes. Ainda que a crise tenha tido dimensões regionais, em função do papel do Brasil frente à nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos, a instabilidade nasce a partir de descontentamentos internos, principalmente da região da Meia Lua contra as transformações que estavam sendo feitas pelo governo e Morales e do MAS. As demandas da Meia Lua estavam ligadas ao padrão de relação entre os departamentos e o governo central e o padrão de exploração e distribuição dos recursos naturais - daí sua relação com a nacionalização dos hidrocarbonetos. Foi, portanto, uma crise com relação com o espaço, com os recursos e com a territorialidade. Isto se dá em contexto de profundas mudanças no Estado boliviano, já que, durante a

Transformações na mobilização da violência na América do Sul: comparação de conjuturas críticas para o estudo de caso da crise na Venezuela

Assembleia Constituinte, discutia-se o fim da república e a criação do Estado plurinacional - o qual veio a ser consolidado em 2009. Mas era mais que isto: toda a estrutura do MAS estar no poder institucional boliviano significava ameaça às elites econômicas tradicionais do país. Por isso, a crise na Bolívia foi de Estado, ao mesmo tempo que estava intimamente ligada ao padrão de relação entre as classes mais altas a classe trabalhadora. Dizia respeito, portanto, ao padrão de aliança política e ao conteúdo programático que estava, pela primeira vez na história da Bolívia, no controle do Estado.

A crise ganha densidade a partir da intensificação dos protestos, com o aparecimento de práticas mais violentas em 2008, que resultaram no Massacre de Pando. Ao longo de 2008, no entanto, a Unasul ganharia corpo e, em outubro, Michelle Bachelet convoca reunião para que os representantes sul-americanos discutam a situação. Diferentemente da crise nos Andes, uns meses antes, quando a construção da negociação dependeu de organizações menos formais - como o Grupo do Rio - e da diplomacia de cúpula, a Unasul estava se estabelecendo, criando ao redor de si a arquitetura institucional necessária à construção do diálogo, mediação e da solução pacífica de controvérsias. 2008 e 2009 na Bolívia parecem ter sido a expressão máxima da “onda rosa” sul-americana – ainda que o ciclo estivesse constantemente marcado pela “paz negativa”, como discutido por Mares (2001).

Por fim, a crise na Venezuela,

que começou em 2014, se intensificou entre 2017 e 2018 e segue ocorrendo até hoje, tem um cenário profundamente diferente, mais dramático. Originada do esgotamento do chavismo e de um país cuja população aumentava sua condição de vulnerabilidade, a crise tem uma heterogeneidade grande de atores envolvidos. As múltiplas oposições a Maduro, desde a mais moderada até a mais radical, são exemplo disso, assim como as diversas forças policiais e ou paramilitares que defendem o regime bolivariano. A violência física é dimensão constante da crise desde seu início, há alguns anos - se trata de uma crise extremamente militarizada.

Além disso, o cenário regional é, hoje, profundamente diferente daquele das crises anteriores. Para além do fim do “ciclo progressista” e da ascensão da “onda conservadora”, o que temos visto é o desmonte da arquitetura institucional de construção de paz e diálogo no subcontinente sul-americano. Quando do início da crise, a América do Sul contava com instituições ainda ativas, como a Unasul e a Celac, que poderiam ser responsáveis pela articulação entre as partes. No entanto, “parece evidente o fracasso dos esforços institucionais da região em favor da estabilização do país, seja da OEA, organização hemisférica por excelência, seja dos espaços sub-regionais como o Mercosul, a Unasul ou a Celac” (VELASCO, 2019. p.9). Se, na crise venezuelana de 2002, a OEA teve um papel importante, na instabilidade atual a organização, principalmente por

polarizações políticas, foi incapaz de mediar. Ainda de acordo com Velasco (2019), desde a crise em Honduras com o golpe em cima do ex-presidente Manuel Zelaya, a OEA tem posição de *challenged institution*, já que países como o Brasil, entre outros, tiveram receio e resistência em seguir a orientação da organização. Isto se confirma, definitivamente, com a crise venezuelana, já que a OEA foi sistematicamente desacreditada pelo regime de Maduro - levando o país a se retirar da organização - e pelos seus aliados, que veem a instituição como instrumento do intervencionismo estadunidense. Em síntese,

[essa] nova realidade, também ajuda a explicar as dificuldades para se buscar uma solução coordenada entre as distintas organizações da região para a crise venezuelana. Mais uma vez, estamos diante de uma profunda desarticulação entre as instituições hemisféricas e regionais, com raros momentos de coincidência ou sinergia (geralmente casuais), e uma tendência a iniciativas isoladas e voluntaristas (VELASCO, 2019, p. 11).

O cenário regional da conjuntura crítica venezuelana já é outro: de 2015 para cá, pode-se observar suas profundas mudanças. O novo ciclo eleitoral trouxe ao aparato estatal novos governos à direita do espectro político, como Mauricio Macri (2015) na Argentina, Sebastián Piñera (2017) voltando ao governo no Chile, Iván Duque (2017), na Colômbia, Lenin

Moreno (2016) no Equador e Jair Bolsonaro (2018) no Brasil. Isso significou mudanças concretas para a política regional. Já é notável uma mudança no padrão de relação entre civis e militares, já que os últimos voltaram a ter um papel importante na burocracia e na disputa política, com especial destaque à composição dos ministérios de Jair Bolsonaro. É observável, também, que escaramuças e pequenos conflitos fronteiriços voltaram a ocorrer com frequência (LONDOÑO, 2017). Os últimos anos também têm mostrado com mais dramaticidade o cenário de segurança pública. É notável, por exemplo, a expansão de algumas facções – sobretudo brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) ou o Comando Vermelho (CV) – para outros estados e países que antes não atuavam. Mas é mais que isto: cresceu, de uns anos para cá, a utilização da militarização da coisa pública como principal forma de combate ao tráfico de drogas. Mais uma vez, a narrativa de que o narcotráfico é a principal ameaça à segurança e à defesa sul-americanas se torna hegemônica e tem como consequência a securitização de diversas agendas sociais. O que parece claro é que a violência social, como discutido por Villa e Pimenta (2016) tornou-se o centro do programa de segurança e defesa – unindo, mais uma vez, os dois conceitos e os atores envolvidos em cada um.

Se pode, no entanto, ir além. Há de se compreender que hoje existem múltiplas direitas governando os países sul-americanos: de um espectro político

mais liberal clássico, no qual poderíamos encaixar Mauricio Macri, a uma direita mais conservadora, onde encaixamos Jair Bolsonaro e Iván Duque (ZUCATTO, 2019), que herda muito do conteúdo programático do uribismo. A clivagem fundamental entre estes setores, no entanto, reside justamente na forma como irão se relacionar com a violência – afinal, a perspectiva política de Bolsonaro e Duque mobiliza a violência como principal solução para o conflito social. Bolsonaro constrói sua plataforma baseada no combate constante à esquerda e sobretudo ao legado do PT, executa um projeto de segurança pública baseado quase exclusivamente no uso da força e foi eleito tendo a flexibilização de posse e porte de armas como principal bandeira. Duque se elegeu retomando o legado da *Seguridad Democrática* de Álvaro Uribe e tendo como principal plataforma a revogação e/ou reforma dos acordos de paz com as FARC-EP. Desde que se elegeu, cresceu consideravelmente o assassinato de lideranças de movimentos sociais no país. A construção constante de inimigos internos e externos e a mobilização constante de recursos para eliminá-los – muitas vezes fisicamente – é a principal característica da forma de governança que tem sido operada nesses países. A estruturação de agendas de securitização e militarização da vida pública parece estar sendo capaz de construir não apenas conteúdos programáticos internos, mas de juntar agendas domésticas e externas. O uso da violência e da força tem sido o

principal conteúdo programático ao redor do qual novos e antigos projetos à direita estão se articulando.

É nestas transformações conceituais e estruturais que a crise na Venezuela se insere. A incompatibilidade das agendas na América do Sul é tamanha que o próprio Estado venezuelano foi dividido em dois – o chavista e aquele sob Guaidó. Mais do que uma crise que se regionalizou / internacionalizou, as instabilidades no país viraram argumento e instrumento político. Em países como Argentina, Bolívia ou Colômbia já se refere aos “riscos de venezuelização” como forma de criticar partidos e grupos à esquerda do espectro político. No Brasil, o debate sobre Venezuela foi um dos principais determinantes das eleições presidenciais de 2018. E isto ultrapassa a barreira interna/externa dos Estados, já que organizou as políticas doméstica e externa dos países mas também organizou agendas domésticas e externas de atores que não estão necessariamente na burocracia estatal, como grupos organizados da sociedade civil. Em síntese, a Venezuela se consolidou como uma das grandes agendas da opinião pública na América do Sul nos últimos anos.

A comparação das crises na América do Sul da última década e meia nos traz diferentes conclusões. Em um primeiro momento, ainda se vivia disputa de hegemonia conceitual a respeito de concepções de segurança e defesa. A instabilidade nos Andes em 2008 é exemplo disso: tratou-se de momento de mobilização da violência –

efetiva, com a investida colombiana em território equatoriano e com a mobilização de tropas pela Venezuela e Equador – em níveis de ameaça, já que se falava da possibilidade de guerra, mas principalmente em condições de dissuasão. A diplomacia de cúpula e a capacidade de articulação dos chefes de Estado sul-americanos foi suficiente para a conclusão da crise, a princípio. Na Bolívia, entre 2006 e 2009, a disputa de hegemonia foi interna, colocando em risco a própria integridade territorial do Estado; a mobilização da violência ocorreu, mas em episódios esporádicos, insuficiente para a escalada. A solução da crise contou com uma Unasul, já mais institucionalizada em fins de 2008, e com a aprovação popular de Evo Morales, do MAS e de seu projeto; em síntese, a construção da hegemonia em cima da oposição a partir de diversos mecanismos, como a nCPE e a construção do Estado plurinacional, foi peça chave para a solução da crise. A situação na Venezuela, no entanto, já ganha outra dimensão. Afora todo o contexto regional bastante mais dramático já discutido, o que se tem é justamente a materialização da crise do subcontinente dentro do próprio país. As disputas pelos conceitos de segurança e defesa e daquilo que os ameaça está no cerne da participação internacional e regional da crise. Construiu-se narrativa na qual a Venezuela – e o que ela representa, como o chavismo, o bolivarianismo e, no limite, toda a esquerda sul-americana – se tornou uma ameaça à estabilidade regional. Por isso, a forma como se dá o

uso da força na situação muda completamente. Tudo que conseguiu limitar a escala de violência nas crises anteriores – a diplomacia, a arquitetura institucional, a hegemonia de um projeto que não se vale da força; a promoção do diálogo em síntese – ruiu. O que se tem é a construção de uma agenda nova, tendo a crise venezuelana como munição principal, que junta as agendas domésticas e externa.

O debate conceitual sobre crise e conjuntura crítica é complexo – e a diferença entre os dois conceitos não é exatamente clara; podem variar conforme patamar ou tempo da conjuntura. Os estudos de caso aqui trazidos, no entanto, parecem nos apontar algumas coisas. Se entendemos como conjuntura crítica situações disruptivas, que leva a crises ou que têm legado histórico, a identificação clara só poderá ocorrer *a posteriori*. Isto nos traria, também, elementos complicadores à análise. A instabilidade nos Andes, por exemplo, não trouxe legados históricos claros; no entanto, pequenos erros diplomáticos poderiam ter levado à guerra larga escala. Na Bolívia, *idem*. Caso Morales e o MAS não tivessem conseguido limitar as estratégias autonomistas, talvez o Estado boliviano tivesse adentrado em uma guerra civil. Por isso, parece mais interessante a utilização do conceito de Capoccia e Kellerman. Afinal, o que configura uma conjuntura crítica é, justamente, que os atores têm mais possibilidade de ação – seja para violar a soberania de outrem, seja para justificar ou condenar o ato a partir de doutrinas

de segurança não necessariamente hegemônicas, seja para se valer de métodos violentos em prol do separatismo.

No caso da Venezuela isto também é visível: a discussão sul-americana sobre a situação no país já conta com atores com mais possibilidade de ação frente à situação. A atuação de Almagro é exemplo, assim como o é, também, a atuação de forças domésticas que constroem narrativas a respeito do regime bolivariano. Tamanha a instabilidade que múltiplos setores estão em condições de participar da disputa política. Daí a importância de alocá-la não apenas como conjuntura crítica, mas como crise. Responder quando terminou a conjuntura crítica venezuelana e quando começou a crise exige mais esforço intelectual e aprimoramento conceitual. A depender da forma como a crise será solucionada, no entanto, talvez tal pergunta se consolide como essencial a ser respondida por aqueles que buscam construir a paz na América do Sul.

Considerações finais

O debate sobre violência e uso da força na América do Sul é bastante complexo. Neste trabalho, construiu-se proposta de utilização do conceito de conjuntura crítica para a análise de 3 casos. A escolha conceitual, orientada principalmente a partir de Capoccia e Kelemann pela dimensão de conflito e contingência que os autores dão aporte. Tanto para o caso da conjuntura crítica dos Andes quanto na Bolívia, o conceito

de CC pareceu suficiente; no caso dos Andes, o conflito intra-estatal se expande, e a atuação das organizações regionais parece ter sido fundamental para uma saída negociada. Na Bolívia, a motivação do conflito disse respeito à própria constituição do Estado boliviano – e, uma vez mais, a arquitetura institucional regional serviu à política. Para o caso da Venezuela, no entanto, a instabilidade pareceu extrapolar a noção de CC para crise efetivamente. A delimitação da diferença entre os dois aplicada ao caso venezuelano é certamente problema de pesquisa de fundamental relevância. Se 2008 e 2009 foram demonstração da consolidação da zona de paz / comunidade de segurança, da paz híbrida ou negativa, a depender da análise adotada, a conjuntura crítica venezuelana é justamente o contrário: o desmonte de tudo isso. Mais que isto: a conjuntura parece demonstrar que o que tem organizado a agenda doméstica e externa no continente é, justamente, a militarização. E que, atualmente, os custos do uso da força têm diminuído significativamente no subcontinente.

A violência na América do Sul está inserida em diversos aspectos da vida social. No entanto, há de se observá-la com especial atenção a partir do momento em que ela é mobilizada como principal bandeira de um projeto que, hoje, está no mais alto posto dos alguns Estados sul-americanos. O padrão de uso da força no subcontinente mudou – e velhos discursos que colocam problemas da agenda social como principal inimigo a

ser combatido voltaram a ser hegemônicos e a ser os principais condicionantes de agendas domésticas e externas. Parece difícil afirmar que terá solidez um projeto baseado quase exclusivamente no governo pelo caos (LIMA; ALBUQUERQUE, 2019) e na construção constante de opositores a serem eliminados – sobretudo violentamente. O que já parece possível afirmar é que seus resultados, desde agora, são dramáticos.

Notas

2) Disponível em: CP/RES.930(1632/08)
http://www.oas.org/documents/events/200803_situacion_Ecuador_Colombia/cp19771s04.doc.

3) Mecanismo de consulta internacional criado em 1986 por mais de 20 Estados latino-americanos.

4) A nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, em 2006, significou a ocupação militar de refinarias estrangeiras no país – inclusive a Petrobras. Ainda que, inicialmente, a situação tenha criado um mal-estar, com diversos setores brasileiros pressionando o governo por conflitos, a saída encontrada foi pacífica e via negociação, com o pagamento dos ativos da estatal brasileira.

5) Mais informações em:
<http://latsul.org/2018/11/25/a-politica-externa-na-eleicao-monitor-5-1110-a-3110/>.

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, Daron & ROBINSON, James A. *Why Nations Fail – the origins of power, prosperity and poverty*. New York, Crown Business, 2012.

ALBUQUERQUE, Marianna Restum. Crise Política na Venezuela: Maduro e o “chavismo sem Chávez”. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n.1, 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nossos tempos**. UNESP: São Paulo, 1995.

AYERBE, Luis Fernando. Crise de Hegemonia e Emergência de Novos Atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. **Lua Nova**, São Paulo, v.83, n.1, 2011.

BATTAGLINO, Jorge M. The Coexistence of Peace and Conflict in South America: toward a new conceptualization of types of peace. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 55., n.2, 2012.

COLLIER, R.B., & COLLIER, D. **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America**. Princeton University Press, 1991.

CAPOCCIA, Giovanni and KELEMAN, R. Daniel. The Study of Critical Junctures: Theory, Narrative, and Counterfactuals in Historical Institutionalism, **World Politics**, Vol. 59, No. 3, 2007.

CORTES VÁSQUEZ, Judith; ÁGUILA-COGLAN, Juan Carlos. **Crisis Colombia**

Ecuador. La comunicación del conflicto. Anais del III Congreso Internacional de la AE-IC: Comunicación y Riesgo. Tarragona, 2012.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. Do confronto à cooptação? As tensas relações entre empresariado e governo Evo Morales, na Bolívia. In: **Elites empresariais Estado e mercado na América Latina**, 2018.

DOBRY Michel. *Sociologia das Crises Políticas: a dinâmica das mobilizações mutissetoriais*. São Paulo: ed. Unesp, 2014 [1986].

DOMINGUES, José Mauricio. A Bolívia às Vésperas do Futuro. In: DOMINGUES, José Mauricio; GUIMARÃES, Alice; MOTA, Aurea; SILVA, Fabricio Pereira. **A Bolívia no Espelho do Futuro**. Belo Horizonte: Humanitas, 2009.

FALS BORDA, Orlando. Algunos problemas prácticos de la sociología de la crisis. In: Touraine, Alain. **Ciencias Sociales: ideología y realidad nacional**. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970.

GILPIN, Robert. **War and Change in International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GOUREVICH, Peter. **Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises**. Ithaca : Cornell University Press, 1986.

GUSTAVSSON, Jakob. *How Should We*

Transformações na mobilização da violência na América do Sul: comparação de conjuturas críticas para o estudo de caso da crise na Venezuela

Study Foreign Policy? **Cooperation and Conflict**, v.34, n.1, 1999.

HERMANN, Charles. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v.34, n.1, 1990.

HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, E; BARNETT, Michael. **Security Communities**. Nova York: Cambridge University, 1998.

KACOWICZ, Arie. **Zones of Peace in the Third World: South America and West Africa in Comparative Perspective**. Nova York, 1998.

LONDOÑO, Andrés. Fronteiras sul-americanas: reflexões sobre as tensões e os conflitos recentes. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n.4, 2017.

MACEDO, Felipe; CLOSS, Marília; NUNES, Raul; PIMENTA, Victor.MARES, David. **Violent Peace**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2001.

PAZ Y MIÑO, Juan. La crisis diplomática entre Ecuador y Colombia (Coyuntura). **La Tendencia Revista de Análisis Político**, Quito, n.1, 2008.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. “Defesa” ou “Segurança”? Reflexões em Torno dos Conceitos e Ideologias. **Contexto Internacional**: Rio de Janeiro, vol. 33, n.2, 2011.

SANTOS, Leandro Wolpert dos; WEBER,

Leonardo Albarello. A crise venezuelana e a polarização política na OEA. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n.2, 2017.

VELASCO, Paulo. Falência das Instituições Regionais Diante da Crise Venezuelana. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n. 2, 2019.

VILLA, Rafael. Brazilian Hybrid Security in South America. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.60, n. 2, 2017.

VILLA, Rafael; PIMENTA, Marília Carolina B. de Souza. A Longa Paz na América do Sul: questionamentos às teses da paz negativa na região. **Papel Político**, Bogotá, v.21, n.2, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WEBER, Leonardo Albarello. Eleições na Venezuela. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n.2, 2018.

ZABOLOTSKY, Boris Perius. Uma Nova Arquitetura de Segurança Regional? O papel da UNASUL na resolução da Meia Lua na Bolívia em 2008. **Conjuntura Global**, v.6, n.3, 2017.

ZVALETA, René. **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

ZUCATTO, Giovana Esther. A Ascensão da Direita na América do Sul. **Boletim OPSA**, Rio de Janeiro, n.1, 2019.

Resumo

Desde 2014, nota-se um cenário de maior instabilidade securitária na América do Sul. Parte significativa disto pode se materializar na crise na Venezuela e seus desdobramentos regionais e internacionais. Frente a este contexto, a mobilização da força e da violência na América do Sul são objeto urgente de reflexão e, portanto, estudo deste trabalho. Parte-se da premissa de que houve, entre o início do século XXI e até meados desta década, a construção de uma arquitetura institucional de promoção da solução pacífica de controvérsias a nível subcontinental, o que fez com que a região estivesse entre as mais estáveis do globo. Busca-se responder a pergunta: há uma transformação no padrão de uso da violência na América do Sul? Parte-se da hipótese de que, hoje, há uma transformação em curso. Para a execução da pesquisa, compara-se três conjunturas críticas: a crise nos Andes (2008), a crise na Bolívia (2006-2009) e a crise na Venezuela (2014-). Os estudos de caso e a comparação serão feitos a partir de quatro elementos: 1) causa ou irrupção da conjuntura crítica; 2) natureza da violência envolvida no contexto; 3) atores envolvidos, divididos em 3.1) atores domésticos e 3.2) atores regionais e internacionais; 4) solução da conjuntura crítica.

Palavras-chave: violência; uso da força; conjuntura crítica; América do Sul; crise na Venezuela.

Abstract

Since 2014, there has been a scenario of greater security instability in South America. A significant part of this may materialize in the crisis in Venezuela and its regional and international developments. In this context, the mobilization of force and violence in South America is an urgent object for reflection and, therefore, a study of this work. It is based on the premise that, between the beginning of the 21st century and until the middle of this decade, the construction of an institutional architecture to promote the peaceful settlement of disputes at the subcontinental level, which made the region among the most stable the globe. It seeks to answer the question: is there a transformation in the pattern of use of violence in South America? It starts with the hypothesis that, today, there is a transformation underway. For the execution of the research, three critical situations are compared: the crisis in the Andes (2008), the crisis in Bolivia (2006-2009) and the crisis in Venezuela (2014-). The case studies and the comparison will be made from four elements: 1) cause or outbreak of the critical situation; 2) nature of the violence involved in the context; 3) actors involved, divided into 3.1) domestic actors and 3.2) regional and international actors; 4) solution of the critical situation.

Keywords: violence; use of force; South America; crisis in Venezuela